

A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA PARA A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rodrigo Scandio Benevides¹;

Márcia Regina Ferreira².

RESUMO

Este artigo visa abordar a história social do campo nacional, suas trajetórias excludentes, as contradições e desigualdades por que passaram e passam os camponeses, os quais, com a sua luta através dos movimentos sociais do campo, se destaca o Movimento Sem Terra por meio de suas práticas em busca da reforma agrária, bem como a educação do referido movimento em tela e de seus integrantes. Este fazer do MST ocorre por meio da luta e da realidade e/ou também pela Educação do Campo, que contempla não somente os conteúdos, mas sobretudo a emancipação do camponês enquanto sujeito consciente de seus direitos e deveres, afim deste poder atuar conscientemente na alteração e superação das contradições vivenciadas sob o sistema capitalista de produção como será apresentado neste artigo.

Palavras-chave: educação do campo, movimentos sociais, MST.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Goioerê - PR, e-mail: rodrigoscandio@hotmail.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

Busca-se através do tema escolhido demonstrar como os movimentos sociais do campo, mais especificamente o MST, contribuíram por meio de sua luta pela reforma agrária e da permanência dos camponeses no campo, com o projeto de Educação do Campo.

Através das ocupações e diversos protestos por parte dos integrantes do movimento, este tornou-se conhecido, respeitado por muitos e sendo estudado em vários trabalhos acadêmicos. Tal visão alcançada fortaleceu a causa, que não se limita apenas na busca de uma divisão mais igualitária de terras no campo. Como vimos o MST também contribuiu com a Educação do Campo, tornando o campo mais visível, colaborando para a criação de um senso de igualdade entre as pessoas do campo e da cidade; e não mais de inferioridade.

Ações que se refletem na busca por direitos, um deles a educação. Devendo ser ressaltado que o movimento em tela mantém escolas do campo para as crianças que o compõem, com práticas pedagógicas voltadas ao seu meio e a realidade campesina.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O atual cenário em que se encontra o campo brasileiro, com a exclusão do camponês de seu local de vivência e de meio de produção, com a concentração de terras, a industrialização das atividades, a submissão do campo à cidade, a desvalorização dos indivíduos que nele habitam e de seus conhecimentos são o resultado de processos histórico-sociais que se desenrolam desde os primórdios da fase colonial do Brasil até a descoberta e uso de novas tecnologias nos séculos XX e XXI.

Desde a chegada dos portugueses, os conhecimentos indígenas e eles próprios foram subjugados pelos primeiros e por sua visão etnocêntrica. As terras a leste da Linha de Tordesilhas foram divididas em capitanias hereditárias e cedidas a nobreza portuguesa, que de modo geral não tinham familiaridade com o trabalho desta.

Podemos afirmar que subjugação o trabalho do campo seja herança entre a dissociação entre o labor braçal e o ócio criativo desde a Grécia, já antes de Cristo.

Retomando o ponto das capitanias hereditárias, temos aí a gênese da concentração de terras improdutivas e a “falta” de terra a quem nela deseja trabalhar e com essa forjou sua vida, sua identidade e suas tradições.

Contudo se partirmos para a segunda metade do século XX, a questão da posse e da concentração de terras em muito se agravou. A partir deste período o Brasil importou tecnologias de produção agrícolas utilizadas em países do Norte, como o EUA. Contudo a economia e a organização social brasileira não estavam preparadas para tais inovações, as quais se configuraram em emprego de máquinas, equipamentos, técnicas mais avançadas e de agrotóxicos.

Esta fase ficou conhecida como Revolução Verde e diminuiu a demanda de trabalhadores, os quais se viram expulsos do campo; passando a buscar oportunidades nas grandes cidades, que até existiam, pois a área urbana brasileira passava por um processo de industrialização e a oferta de empregos aumentou consideravelmente, porém não a ponto de conseguir servir toda mão de obra expulsa.

Diante deste cenário excludente e desfavorecedor ao camponês, estes passaram a se unir pela situação e ideário semelhantes ou iguais, sobretudo pelo propósito de acesso a terra e possibilidade de nela permanecerem e dela viverem. Destaca-se dentre os Movimentos Sociais no Campo, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), o qual empunha a bandeira da reforma agrária, principalmente por sua organização e pressão por meio de protestos e ocupação de

terras. Tendo este surgido oficialmente de 1984, a partir do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel, estado do Paraná.

Claro que uma divisão mais igualitária da terra somente se dará por intermédio de decisões políticas, as quais se arrastam lentamente, pois o Estado é representante das classes dominantes e não irá contra seus representados, nem contra muitos de seus políticos que também são grandes proprietários rurais (muitas vezes de origem duvidosa). O que se vê ao longo da história do campo brasileiro é o retrato de um passado em que os direitos políticos eram medidos em terras, fato que explica que em dias atuais muitos dos políticos sejam vinculados a proprietários rurais, fatores que acirram ainda mais a concentração de terras.

Se analisarmos a evolução o índice de GINI segundo os Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006 veremos que a concentração fundiária tem se acentuado no Brasil. Em 1985 este índice era de 0,857; em 1995 permaneceu estável, 0,856; mas em 2006 apresentou considerável aumento ao chegar a 0,872. Vê-se portanto que o acesso a terra tem se tornado mais difícil e que esta se concentrou ainda mais.

Contudo, mesmo diante da declaração do IBGE sobre o aumento da concentração fundiária, a situação ainda é pior, pois segundo a análise dos dados, do referido censo, pelo geógrafo e professor Dr. Arioaldo Umbelino de Oliveira faltam conhecimento e controle sobre as terras brasileiras.

O Estado brasileiro não tem controle algum sobre seu território, aliás, nunca teve. O Incra deveria fazer periodicamente o recadastramento dos imóveis, mas não faz. O último foi feito em 1992 e atualizado em 1998. Nem os órgãos públicos nem os cartórios de registro de imóveis, ou seja, ninguém neste país é capaz de informar a parte das terras ocupadas legalmente e ilegalmente, ou melhor, as griladas. Nem mesmo o Estado é capaz de informar o total das terras públicas devolutas ou não. (OLIVEIRA, 2010, p. 1)

Fatores estes que fizeram com que o levantamento das terras brasileiras apresenta-se um erro gritante.

O censo apresentou dados relativos ao conjunto do território brasileiro em hectares: área territorial total do país 851,4 milhões; área total ocupada pelos estabelecimentos 330 milhões; área total das terras indígenas 126 milhões; área total das unidades de conservação ambiental 72,3 milhões; área com corpos d'água 12 milhões; e, área urbanizada 2,1 milhões. Mas a conta não fechou, ou seja, ficaram sobrando 309 milhões de hectares. (OLIVEIRA, 2010, p. 1)

De outro viés temos ainda o descrédito conferido ao MST pelas mídias tendenciosas que visam retratar apenas erros ou deturpar informações, mas que não divulgam os sucessos e vitórias obtidas pelos projetos desenvolvidos e assentamentos realizados. Tal posicionamento da mídia tende a afetar negativamente cada vez mais os Movimentos Sociais no Campo, fazendo destas informações equivocadas o pensamento dominante do senso comum, que hoje em muitos casos, os rotula como baderneiros, arruaceiros e bandidos, tornando assim mais difícil a compreensão popular acerca da necessidade de se realizar uma reforma agrária em nosso país. Porém mesmo diante destas dificuldades os Movimentos Sociais no Campo tem que persistir como força de oposição as desigualdades existentes para que no futuro possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária.

Esta maior justiça social que espera o MST não será dada somente com a socialização das terras, mas também através da formação dos indivíduos enquanto seres humanos, baseada na educação, pois somente esta pode emancipá-los e propiciar superações de obstáculos em vida coletiva.

2.1. MST e as políticas públicas para a Educação do campo

Apesar de o Brasil ter se tornado urbano somente a partir da década de 1970, ou seja, com a maioria de sua população vivendo na zona urbana, o campo que até então concentrava a maior parte populacional ficava e ainda fica a margem de muitas políticas públicas, inclusive no que tange a educação. Os primeiros passos para a Educação do Campo, mesmo que inadequados, se deram com a Constituição de 1934, que previa o seu financiamento, contudo tal medida não foi posta em prática.

As Constituições que se seguiram (1937 e 1946) não deixaram de citar a Educação do Campo e sua garantia de ensino, por oferta do governo ou de organizações sociais, embora ainda não havia se posto em prática a teoria, o que não retirou a educação do campo do papel.

A partir da segunda metade do século XX, a industrialização brasileira passa a evoluir consideravelmente o que demandou mão de obra, que em muito foi suprida por camponeses expulsos do campo pelos efeitos da Revolução Verde. Esta situação levou a LDB de 1961 a demonstrar maior preocupação com a educação do campo, pois seria a solução para manter estes trabalhadores na área rural.

A Constituição de 1988 abre o caminho para a concretude da Educação do Campo quando afirma que o “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (Art. 208). Corroborando e sendo complementado pela LDB 9394/96, que contempla a modalidade de Educação do Campo e determina que esta tenha metodologias adequadas inerentes a vida no campo e com as atividades rurais como pode ser observado em seus artigos 23 e 26, e sobretudo em seu artigo 28, abaixo destacado, que estabelece normas e garante aos povos respeito as suas particularidades:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Ainda há de se ressaltar a aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” em 2002 e sua complementação por meio Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, bem como pelo Decreto Presidencial de 11/2010; que são as primeiras políticas específicas adotadas para as escolas do campo, estabelecendo normas e critérios pedagógicos, administrativos e financeiros para orientar e organizar estas instituições de ensino.

Bem, como podemos observar já desde a década de 1930 as leis brasileiras contemplam a Educação do Campo, contudo estas passaram a ser mais objetivas a partir da Constituição de 1988. Porém há de se ressaltar que leis no papel de nada adiantam, estas tem que ser praticadas e ter seu cumprimento exigido, o que esta cada vez mais se consolidando, em grande parte por mérito das ações do MST que juntamente com a busca do acesso a terra pelos camponeses também visa a educação dos participantes do movimento e daqueles que já nasceram e crescem nele, possibilitando a conscientização de seus direitos, deveres e seu papéis sociais; bem como possibilitar uma leitura crítica da realidade, que se revela excludente e injusta; tais conhecimentos possibilitarão transpor tais obstáculos e construir uma nova ordem social no campo.

Este fato deve-se a inferioridade dada ao trabalho braçal a ao homem do campo, já que segundo as classes dominantes não há necessidade de ensino a quem trabalhe no meio rural. Fato que pode ser observado na colocação de Arroyo:

Até hoje a instrução do camponês e do trabalhador em geral não passou de uma proposta sempre repetida por intelectuais e educadores e exigida pelo povo. A burguesia nacional e internacional que compra e explora brutalmente a força de trabalho parece acreditar ainda na observação feita por Diderot há

duzentos anos, que é mais difícil explorar um camponês (trabalhador) que sabe ler do que um analfabeto. (ARROYO, 2004 p. 76)

A proximidade do MST com a educação vem por meio da luta travada pelo movimento para a implementação da reforma agrária, ou seja, através da luta de acesso à terra. Buscando o resgate da dignidade das famílias membras; da construção de uma identidade coletiva, ou seja, de que o seu conjunto é a força do movimento e a sua “arma” contra as contradições no campo; e também pela construção de um projeto educativo que mescla a escolarização com os princípios norteadores que regem o movimento.

Contudo a escolarização defendida pelo MST não é apenas o direito a educação, o qual todos possuem como nos diz a Constituição em seu artigo 6º; este visa que os seus integrantes tenha acesso a escola pública sim, mas que seja adequada aos sujeitos que nela estudarão e a constituirão, pois o que se busca são escolas do campo que atuem no campo; que estejam entrosadas com a realidade dos variados sujeitos atendidos, com suas culturas, tradições, com o seu trabalho, já que os conhecimentos e vivências deste alunado devem ser valorizados e trazidos para a sala de aula. A escola do campo e no campo deve se formar com base na coletividade, do envolvimento de alunos, funcionários, professores, comunidade; e é este o trabalho que se vê no MST, não apenas enquanto movimento social, mas também como escola.

As práticas desenvolvidas no MST, constituem seus membros através de suas ações cotidianas de sua luta social, como a socialização, o trabalho mútuo, o bem comum, as ocupações, os assentamentos, suas manifestações, etc. Demonstra-se que a educação é pautada na teoria, mas atrelada a prática, ou seja, na práxis. É com a coletividade que os Sem Terra se forjam e se educam:

É fazendo parte do coletivo e de suas obras que as pessoas se educam; não sozinhas, mas em relação umas com as outras, o que potencializa o seu próprio ser pessoa, singular, único. (CALDART, 2003, p. 57)

Falando mais especificamente da educação sistematizada, ou seja, das escolas; o MST também se destaca, pois sempre se preocupou com a formação das suas crianças e de seus demais membros, conquistando escolas para o ensino fundamental e médio, tanto em acampamentos como em assentamentos. Devido a mobilidade dos acampamentos e a não diferente necessidade de ensino para as pessoas que dele participam, foram criadas as escolas itinerantes; e como o nome claramente diz, o acompanham, o seguem em seus mais variados momentos, em acampamentos, em manifestos, em despejos, enfim na vida de seus integrantes e sujeitos, pois...

...a pedagogia que forma novos sujeitos sociais, e que educa seres humanos não cabe numa escola. Ela é muito maior e envolve a vida como um todo. Certos processos educativos que sustentam a identidade Sem Terra jamais poderão ser realizados dentro de uma escola. Mas o MST também vem demonstrando, em sua trajetória, que a escola pode fazer parte de seu movimento pedagógico, e que precisa dela para dar conta de seus desafios como sujeito educativo. (CALDART, 2001, P. 220)

As escolas ligadas ao MST prezam pela valorização da realidade vivida, do conhecimento acumulado por seus alunos, que foram moldados e acumulados em seu dia a dia; são utilizados durante o processo de ensino-aprendizagem como temas geradores e vivências geradoras, de modo que os educadores possam estabelecer relações dos conteúdos com a realidade, possibilitando maior compreensão dos fatos e estímulo do senso crítico. Assim, é possível afirmar que a vida do acampamento vem para dentro da escola e a escola interferirá no acampamento, de forma a melhorar a realidade.

O fato de se trabalhar a realidade nas salas de aula e promover a criticidade do alunado visa que a exposição das contradições existentes possibilitem o rompimento com as exclusões e desigualdades sociais causadas pelo sistema

socioeconômico de nosso país, o capitalismo. Este processo faz com que a escola do MST seja emancipadora, formadora de cidadãos mais conscientes de seus papéis e das contradições existentes, de modo que possam atuar superando a reprodução do sistema e de sua ordem social, quebrando a continuidade do sistema e seu status quo.

Mesmo a educação do campo pautando-se no movimento e suas ações, o papel do educador é fundamental para a educação do campo e no campo realizada nas escolas itinerantes do MST. Sendo que todos devem ser considerados educadores e educandos em um dado momento, já que por meio das relações pessoais e coletivas do movimento, da postura e das ações dos indivíduos também se ensina e se aprende. Já no que se refere ao conhecimento sistematizado, cabe ao professor, além do que já foi citado, o papel de atuar como facilitador e instigador do ensino e da aprendizagem, quem fará o elo entre a realidade excludente e o conhecimento sistematizado, sempre atrelando estes ao pensamento e anseios do movimento. Portanto é importantíssimo que o educador seja do movimento ou caso não seja, esteja aberto a conhecê-lo, entendê-lo e respeitá-lo, pois como vimos, o movimento se insere na sala de aula; sem redundâncias, é o movimento que move a escola itinerante.

Grandes foram as conquistas do MST em sua luta pela educação desde o ano de 1984, quando iniciaram as pressões e reivindicações por educação pública e de qualidade a seu grupo de pessoas. Muitas que não são possíveis de ser retratadas em números pois estamos falando de vidas e sonhos conquistados, contudo quando os feitos alcançados são quantificados vemos a grandiosidade deste projeto educacional.

Segundo o relatório emitido pelo MST “MST Lutas e conquistas”, até o momento foram conquistadas 2250 escolas públicas em acampamentos e assentamentos, 1800 até 4ª série, 400 até os anos finais do ensino fundamental e 50 de Ensino Médio. Já foram alfabetizados, concluíram o ensino, médio e cursos técnicos, mais de 350 mil integrantes. O movimento já formou mais de 4 mil

professores e tem cerca de 10 mil trabalhando em suas escolas. Tem atualmente 5 mil educandos estudando cursos de nível superior em 50 instituições de ensino dentro e fora do país. Outra conquista também a ser ressaltada são seus 38 grupos teatrais que atual em todo Brasil.

Assim, fica visível que o Movimento Sem Terra, visa pela educação, tanto formal quanto cotidiana, alcançar a superação das desigualdades e contradições impostas aos camponeses, assim como nos disse Paulo Freire: “Então o camponês descobre que, tendo sido capaz de transformar a terra, ele é capaz também de transformar a cultura, renasce não mais como objeto dela, mas também como sujeito da história.”

2.2 A pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST

Para Caldart (2004) o MST desenvolveu uma pedagogia a partir do próprio processo no qual o Movimento vem formando historicamente o sujeito social de nome Sem Terra. O princípio educativo principal dessa pedagogia é o próprio movimento, a construção de uma identidade que se consolida em um modo de vida. A autora afirma que nesse processo de identificação não se distinguem os filhos ou filhas de famílias acampadas ou assentadas, a educação cultiva em ambos valores radicalmente humanistas.

O Movimento é destacado como uma grande escola: A ocupação, as lutas pelos direitos, um assentamento, um trabalho cooperativo tem um caráter educativo, o processo de formação vai muito além da escola formal. Para além de conseguir terra para plantar, constrói-se valores, um jeito de ser humano e de se posicionar frente ao mundo.

A raiz da pedagogia é o coletivo, é o enraizamento em uma coletividade.

O processo pedagógico se dá através da Pedagogia do Movimento: por ter o Sem Terra como sujeito educativo e ter o MST como sujeito da intencionalidade pedagógica. A autora sinaliza que é do Movimento, também porque se desafia a

perceber o movimento do Movimento, a transformar-se, transformando. Ao invés de se filiar a uma pedagogia específica, o MST põe em Movimento todas aquelas pedagogias construídas historicamente e a própria situação educativa específica se encarrega de mostrar quais precisam ser mais enfatizadas num momento ou outro, conforme aponta Roseli Caldart:

- a) Pedagogia da luta social – Quem educa os Sem Terra é o próprio movimento de luta; Nada é impossível de mudar;
- b) Pedagogia da organização coletiva – Nasce de uma coletividade. O Sem Terra é um desenraizado que começa a criar raízes no tempo de acampamento, com a vivência da organização e a percepção da necessidade do movimento. Tem também a dimensão de uma pedagogia da cooperação;
- c) Pedagogia da terra – Brota da mistura do ser humano com a terra. Aprender a sabedoria de trabalhar com a terra, cuidar da vida. A terra é ao mesmo tempo o lugar de morar, de trabalhar, de produzir, de viver, de morrer e cultuar os mortos;
- d) Pedagogia do trabalho e da produção – Ela nasce do valor fundamental do trabalho. As pessoas se humanizam, se educam e se deseducam através do trabalho e das relações que estabelecem entre si no processo de produção matéria de sua existência;
- e) Pedagogia da cultura – Nasce do modo de vida produzido e cultivado pelo Movimento, do modo de ser e de viver dos Sem Terra, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte entre outras formas. Inclui aí a *pedagogia do gesto* ou *do exemplo*.
- f) Pedagogia da escolha – Nasce dos múltiplos gestos e múltiplas escolhas que as educadoras e os educandos, o MST e os seres humanos precisam fazer a cada dia. As escolhas são individuais, mas movidas por valores que são coletivos.
- g) Pedagogia da história – Nasce do cultivo da memória e da compreensão do sentido da história e da percepção de ser parte dela. Resgate da memória do MST, da luta dos pequenos agricultores e da luta coletiva dos trabalhadores em nosso país e no mundo.

h) Pedagogia da alternância – Nasce do desejo de não cortar raízes. O MST se inspirou nas escolas-famílias ou na escola familiar rural. É o tempo da escola e o tempo da comunidade, permitindo a troca de conhecimentos e experiências.

A proposta de educação do MST fundamenta-se em autores como Paulo Freire e possui a práxis como princípio educativo.

3. CONSIDERAÇÕES

Acreditamos que a Educação do Campo se destaca como meio de afirmação e valorização da identidade dos povos do campo, pois busca a inserção da realidade vivida e da comunidade no processo de ensino-aprendizagem, fatores que trarão a estes indivíduos a superação da depreciação causada pela sociedade brasileira, que sempre subjugou os saberes da terra, colocando a cidade como o locus do conhecimento.

Vemos portanto que o MST, enquanto movimento social tem cumprido seu papel, pois demonstra muito bem que os camponeses são pessoas com grande conhecimento e capacidade de organização em prol de um bem comum - a reforma agrária - mas também a formação dos integrantes que o constituem, através da Educação do Campo, pela qual tanto lutaram e dela se orgulham. Como não deveria ser diferente, já que como vimos, os números não mentem e demonstram a grandiosidade de seu projeto educacional.

Assim, nos fica explicitado que esta organização social atrelou muito bem o movimento a educação, fazendo com que este se torne mais forte, não pela grande massa de homens, mulheres e crianças, mas sobretudo pelos indivíduos conscientes de sua importância no campo e na sociedade.

4. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **O direito do trabalhador à Educação**. In: Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Censo Agropecuário**. Brasília, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

BRASIL. LDB 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____, Roseli Salete. **Movimento Sem Terra**: Lições de Pedagogia. Currículo sem Fronteiras. v.3, n.1, p.50-59, jan./jun.2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli1.pdf>> . Acesso em: 05 de fev. 2011.

_____, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra**: o movimento social como princípio educativo. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a16.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2011.

CARVALHO, Natália Dayrell de. **A proposta de educação e a pedagogia do MST**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/cursos/geografia/CDROM_IXSG/Anais - PDF/Natalya Dayrell.pdf>. Acesso em 20 fev. 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MST. **Lutas e conquistas**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/sites/default/files/MST_Lutas_e_Conquistas_PDF.pdf>. Acesso em 02 Mar. 2011.

OLIVEIRA, Umbelino de Oliveira. **Os limites do novo censo agropecuário**. Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/artigos/ler/id/743>>. Acesso em 20 fev. 2011.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
Setor Litoral



UFPR. Setor Litoral. **Práticas Pedagógicas em Educação do Campo**. Módulo III. 2010.

_____. Setor Litoral. **Especialização em Educação do Campo** – caderno didático. Módulo II. 2010.